

Integração Descolonizadora do Poder ou a Integração dos Povos pelos Povos

Francisco Uribam Xavier de **Holanda**¹

A economia e a ciência política quando tratam da integração a fazem, principalmente a primeira, mirando o foco na articulação entre mercados e intercâmbios de processos produtivos. Os governos, por sua vez, não empreendem esforços para que se efetive uma real confraternização entre gente de todas as etnias, línguas e idades. O avanço dos processos de democratização tem ajudado a ciência política a tematizar sobre a importância da sociedade civil local, e até planetária, mas não se tem notícias de que governos sejam de países pobres ou ricos, tenham se encontrado para elaborar cartas de intenções ou tratados para construção de uma sociedade civil planetária ou de um governo mundial. Muito se tem falado sobre a falência do sistema das Organizações das Nações Unidas – ONU, alguns falam que ele já não é mais adequado para nova configuração da ordem

¹ Uribam Xavier – Licenciado em Filosofia Política, doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), professor do Departamento de Ciências Sociais da UFC e membro da Rede Universitária de Pesquisadores sobre a América Latina – RUPAL (www.ufc.rupal.br). Contato: uribam@ufc.br.

mundial contemporânea; mas o sistema da ONU nunca foi uma iniciativa para a integração cultural dos povos.

O mundo contemporâneo, para alguns interesses, é uma realidade globalizada, mas, no cotidiano, a maioria das pessoas, com suas culturas e diferenças, permanecem localizadas em suas formas de sociabilidades, enfrentando, de forma consciente ou inconsciente, uma rivalidade com os produtos materiais e imateriais produzidos globalmente pela indústria cultural. Se recuperarmos a idéia de Paz Perpétua, em Kant, verificaremos que uma das suas exigências é a necessidade de um governo planetário. Será que atualmente estamos nos aproximando desse ideal kantiano? Que instrumentos de integração mais se aproximam desse ideário? Bem, podemos citar o parlamento europeu e, bem perto de nós, o parlamento do Mercosul. Mas quem mora na região sabe disso? Já elegeu alguma vez um deputado para a referida instância de poder? O Mercosul não faz parte da vida das pessoas, seus interesses maiores são de ordem econômica, trata-se da integração dos mercados do Sul.

Quando falamos de integração estamos totalmente contaminados ou colonizados por sentidos economicistas, e não percebemos, muitas vezes, que a integração de coisas ou mercadorias não é da mesma natureza que a integração das pessoas. É possível argumentar que, do ponto de vista da coerência lógica, não haja contradição entre integração de mercados e de pessoas. Todavia, a contradição não é de ordem lógica, mas da ordem prática dos interesses e dos valores.

Os mesmos países que se ancoram na idéia de que vivemos numa aldeia global, numa economia mundializada, que afirmam que passamos por um processo de globalização são os responsáveis pela efetivação e difusão de práticas xenófilas, de preconceito racial, e, mesmo defendendo o livre comércio, são promotores de políticas protecionistas contra produtos e mão-de-obra na anunciada aldeia global.

Países como Espanha, Inglaterra, França, Alemanha, Bélgica e Estados Unidos são famosos por barrar em seus aeroportos ou tratar com preconceito pessoas de outras nacionalidades, principalmente quando a origem

dessas pessoas é dos países pobres ou de sua ex-colônias. A Espanha² já chegou a tomar medidas humilhantes, de desrespeitos ao direito de ir e vir e a tratados internacionais de circulação entre cidadãos brasileiros que se deslocaram àquele país para participar de seminários profissionais ou acadêmicos, fazer turismo, chegando mesmo a reter e enviar de volta pessoas que apenas fazem escala em seus aeroportos passando pelo controle de migração para ter acesso ao voo que completa a conexão.

A integração latino-americana foi um sonho defendido, pela primeira vez, em 1815, por Simon Bolívar, ao lançar a idéia de integração hispano-americana, que consistia na instituição de um sistema de cooperação entre as nações latino-americanas para proteção contra as ameaças dos países europeus de restabelecerem a ordem colonial e da Doutrina Monroe praticada pelos Estados Unidos. Mas somente em 1826, no Congresso do Paraná, conseguiu-se constituir uma confederação americana de países.

Embora a história registre a nobreza e o heroísmo de Bolívar, somente a partir da metade do século XX, com a crise econômica e a escassez de recursos para investimentos vinda dos países desenvolvidos, os países latinos criaram, em fevereiro de 1960, a Associação Latinoamericana de Livre Comércio – ALALC, que previa o estabelecimento, ao longo de 12 anos, de uma área de livre comércio. Todavia, como a ALALC não prosperou, em 12 de agosto de 1980, foi assinado um novo tratado criando a Associação Latinoamericana de Integração – ALADI.

² O aumento da intolerância política, religiosa e étnica é uma das respostas ao processo de maior mobilidade internacional e de incremento dos fluxos migratórios promovidos pelo processo de globalização. Um exemplo, que envolve o Brasil, é o da estudante universitária Carolina Becker, curitibana de 23 anos, que iria fazer intercâmbio na Itália e foi barrada e deportada quando realizava uma ponte aérea no aeroporto de Barajas, em Madri. Mesmo explicando que estava no aeroporto de passagem, foi levada para uma sala onde outras 15 pessoas, entre elas três brasileiros, foram tratadas, de acordo com seu depoimento, como bandidos. O Jornal Folha de São Paulo, edição de 06.03. 2008, informa que a Espanha, só no mês de fevereiro de 2008, havia barrado e deportado 452 brasileiros.

Nos últimos 30 anos do século XX, várias tentativas, com objetivos de integração econômica, foram empreendidas na América do Sul:

a - A Comunidade Andina de Nações – CAN, instituída no Acordo de Cartagena, em maio de 1969, com objetivo de facilitar a integração econômica entre Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru;

b – A Organização do Tratado de Cooperação Amazônico – OTCA, assinado em Brasília – no dia 3 de julho de 1978, por Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, cujo tema central, na época, era o efeito estufa e suas conseqüências para o clima;

c – O Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, constituído em março de 1991, conhecido como Tratado de Assunção, surgiu na carona provocada pela tendência, pós queda do Muro de Berlin, de construção de blocos econômicos para superação de vulnerabilidades internas das economias;

d – Criação da Iniciativa para Integração das Infraestruturas Regionais Sul- Americana – IIRSA, instituída em agosto de 2000, na cidade de Brasília, durante reunião de presidentes de países da América do Sul. Na época, estabelecia como objetivo a promoção do desenvolvimento da infraestrutura de transporte, energia e telecomunicações;

e – A União das Nações do Sul – UNASUL, instituída em 23 de maio de 2008 em Brasília, com objetivo de congregar os 12 países sul-americanos na cooperação econômica, política e social.

Muita tinta, fosfato e papel já foram gastos para falar dos esforços e da importância da integração dos mercados. Contudo, atualmente, o Mercosul e a ALBA são as duas articulações mais vivas. A Aliança Bolivariana para as Américas - ALBA apresenta um fundamento mais ideológico sobre a necessidade da integração cultural entre os povos, principalmente camponeses e indígenas.

O Mercado Comum do Sul - Mercosul

O Mercosul ganhou maior visibilidade, ao mesmo tempo em que enfren-

tou sua maior crise³, nos primeiros anos do século XXI, quando o governo George W. Bush empreendeu um conjunto de esforços para implantar a Aliança do Livre Comércio das Américas - ALCA, a partir de 2005, em 34 países, exceto Cuba. O projeto de implantação da ALCA representava, além do domínio americano no continente, uma ameaça direta e violenta contra as particularidades culturais, valores e tradições dos povos latino-americanos.

A diferença entre a ALCA e o Mercosul está no modelo de integração econômica. A proposta da ALCA, como zona de livre comércio, era a de que os países membros deveriam eliminar todas as barreiras tarifárias e não tarifárias para o comércio recíproco. O Mercosul (Ratter, 2002) como mercado comum, é definido como uma união aduaneira a qual se agregam a livre mobilidade de fatores produtivos entre os países membros e uma política comercial comum. Contempla, ainda, a cooperação de políticas macroeconômicas e a proposta de harmonização das legislações nacionais. Com o Fenômeno da chegada de governos de esquerdas nos principais países Latinoamericanos, no início do século XXI, a idéia de implantação da ALCA foi jogada na gaveta.

Aliança Bolivariana para as Américas – ALBA

A proposta de construção da ALBA foi formulada, pela primeira vez, em dezembro de 2001, pelo presidente da Venezuela Hugo Chávez, durante a III Cúpula de chefes de estados que aconteceu na Ilha Margarita - Venezuela. Em 14 de dezembro de 2004, realizou-se, em Havana - Cuba,

³ A crise vivida pelo Mercosul é composta por um leque de variáveis. No início do século, ele passou por um período de incertezas devido, entre outros fatores, à instabilidade econômica do Paraguai e da Argentina, à movimentação contestatória contra as políticas neoliberais protagonizadas pelos MST no Brasil, à crise financeira vivida pelo México, e à proposta dos Estados Unidos de implantar a Alca.

a primeira Cúpula da ALBA. Integram a ALBA os seguintes países:

País	Superfície/km2	População
Venezuela	916.445	27.000.000
Cuba	110.860	11.400.000
Bolívia	1.098.545	9.630.000
Nicarágua	129.494	5.470.000
Mancomunidade de Dominica	754	70.000
Honduras	122.702	7.326.000
San Vicente y las Granadinas	389	117.500
Equador	256.370	14.233.000
Antigua y Barbuda	443	68.700
Total	2.636.002	75.315.200

Fonte: www.alianzabolivariana.org. Acesso em 05.06.2010.

A ALBA é uma aliança de integração política cujo objetivo maior é a garantia da autonomia e da liberdade dos povos em relação às pretensões de domínio econômico e militar dos Estados Unidos. É uma iniciativa de unidade dos povos latinoamericanos e caribenhos. Trata-se da recuperação de uma idéia ousada e original de Simón Bolívar de criar uma Confederação de Repúblicas.

A ALBA se fundamenta em quatro valores que se confrontam com a lógica capitalista: a complementaridade, a cooperação, a solidariedade e o respeito pela soberania dos países. Para os países membros, sem a integra-

ção participativa dos povos, não será possível a construção de uma independência e de um processo de ruptura com a colonialidade do poder imposta pela herança européia e pela hegemonia do modo de vida consumista e belicista da América do Norte.

A forma na qual se materializa o processo de integração da ALBA é através dos tratados de comércio dos povos, dos projetos e das empresas grannacionais, ou seja, por meio de acordos entre os países membros para que possam seguir avançando no desenvolvimento sustentável e no aproveitamento das vantagens de cada país mediante a celebração de convênios financeiros entre os países membros.

Empresa grannacional é um conceito que se baseia em três fundamentos: **i** - histórico e geopolítico, que se expressa na visão bolivariana de união das repúblicas latino-americanas e caribenhas para construção de uma grande nação; **ii** - socioeconômico, que se apóia na estratégia de desenvolvimento econômico dos países membros com o objetivo de produzir a satisfação das necessidades sociais das grandes maiorias; **iii**- e ,por fim, o fundamento ideológico, que se manifesta numa visão crítica em relação ao neoliberalismo, à defesa do desenvolvimento sustentável com justiça social e à defesa da autodeterminação dos povos.

A integração latino-americana, para parte do pensamento de esquerda, será insuficiente se não for construída uma ordem mundial não capitalista, mas para que isso aconteça, é preciso que os povos sintam os benefícios da integração. Nesse sentido, a ALBA quer ser, para seus membros, um espaço político de integração cultural que trata o econômico não de forma instrumental, mas como ação solidária entre nações amigas que compartilhem o desejo e os esforços de uma América livre.

Integração Descolonizadora

A integração regional, continental e planetária entre os povos é um princípio ético fundamental que desafia o fazer político contemporâneo, pois tem haver com a capacidade de exercício de solidariedade entre os indivi-

duos e os povos de diferentes etnias, línguas, cosmologias e histórias. Uma integração latino-americana deverá adotar como desafio central a construção de um processo de descolonialidade do poder. A colonialidade do poder foi o primeiro dos padrões de domínio com caráter e vocação global.

Em nossa epocalidade, o que chamamos de globalização⁴ é um momento de desenvolvimento histórico do padrão de colonialidade do poder. Segundo Quijano (2002), “é necessário indagar pelo o que tem ocorrido nas relações entre o padrão de exploração capitalista e os dois níveis do padrão de dominação, o Estado e a colonialidade do poder”. É necessário, ainda, refletir sobre a questão das relações entre dominação e exploração no atual padrão de poder, pois ninguém explora ninguém se não o domina. Assim, dois desafios se colocam como pertinentes: evidenciar as tendências mais dinâmicas que estão em desenvolvimento nas mudanças de configuração do capitalismo e demonstrar as configurações que ocorrem nas estruturas de autoridade coletiva e de dominação política. Todavia, deve-se ter clareza de que, num padrão de poder, as relações entre dominação e exploração não são sempre claras, sistemáticas e orgânicas.

Do ponto de vista conceitual, é preciso diferenciar colonialismo de colonialidade. Colonialismo se refere à dominação político-econômica de alguns povos sobre outros, e é milhares de ano anterior à colonialidade. Colonialidade se refere à classificação social da população mundial de acordo com a idéia de raça. É uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que, desde então, permeia as dimensões mais importantes do poder mundial. Trata-se, portanto, da “base intersubjetiva mais universal de dominação política dentro do padrão de poder (2002, p.4)”.

⁴ O processo de globalização, na elaboração de Aníbal Quijano, é conduzido por um bloco imperial mundial formado pelos Estados-nação mundialmente hegemônicos (G-8), pelas entidades de controle e exercício da violência (como a OTAN), pelas entidades intergovernamentais e privadas de controle do fluxo mundial de capital (BM, BIR, FMI, Clube de Paris) e pelas grandes companhias transnacionais. Essa trama institucional já constitui, de fato, um tipo de governo mundial invisível.

A tese seminal de Aníbal Quijano é a de que foi na América Latina que, pela primeira vez, se produziu e se estabeleceu o padrão de poder, hoje globalmente hegemônico, no qual o caráter constitutivo peculiar é a associação entre colonialismo, modernidade e capitalismo. Para ele, a América Latina foi a primeira entidade/identidade histórica do atual sistema mundo colonial moderno e de todo o período da modernidade. Cito-o:

A região que hoje chamamos de América Latina foi se constituindo com e como parte do atual padrão de poder dominante no mundo. Aqui se configuraram e estabeleceram a colonialidade e a globalidade como fundamentos e modos formadores do novo padrão de poder. Daqui partiu o processo histórico que definiu a dependência histórico-estrutural da América Latina e deu lugar, no mesmo movimento, à constituição da Europa Ocidental como centro mundial de controle desse poder. E nesse mesmo movimento definiram-se também os novos elementos materiais e subjetivos que fundaram o modo de existência social que recebeu o nome de modernidade (2006, p. 49).

Em “Os Fantasmas da América Latina (2006, p. 60-61)”, Quijano afirma que a produção histórica da idéia de América Latina, por parte de nossos colonizadores, teve início com a ação perversa de destruição de todo um mundo histórico, ou seja, das cosmologias ameríndias e de seus produtores. Para ele, talvez a invenção da América Latina se constitua na maior destruição sociocultural e demográfica da história por tratar:

1 – da desintegração dos padrões de poder e de civilização de algumas das mais avançadas experiências históricas da espécie;

2 – do extermínio físico, em pouco mais de três décadas, as primeiras do século XVI, de mais da metade da população dessas sociedades, cujo total, imediatamente antes da sua destruição, era estimado em mais de 100 milhões de pessoas;

3 – da eliminação deliberada de muitos dos mais importantes produtores, não apenas portadores, daquelas experiências: dirigentes, intelectuais,

engenheiros, cientistas, artistas;

4 – da continuada repressão material e subjetiva dos sobreviventes, durante os séculos seguintes, até submetê-los à condição de camponeses iletrados, explorados e culturalmente colonizados e dependentes, ou seja, até o desaparecimento de qualquer padrão livre e autônomo da objetivação de ideais, imagens, símbolos em outras palavras, alfabeto, escrita, artes visuais, sonoras e audiovisuais.

O mesmo movimento histórico que forjou a idéia de América Latina criou um sistema de dominação, padrão de conflito e exploração social que teve como elemento fundante a idéia de raça. Para Quijano, raça foi a primeira categoria social de modernidade:

foi um produto mental e social específico daquele processo de destruição de um mundo histórico e de estabelecimento de uma nova ordem, de um novo padrão de poder, e emergiu como um modo de naturalização das novas relações de poder impostas aos sobreviventes desse mundo em destruição: a idéia de que os dominados são o que são, não como vítimas de um conflito de poder, mas sim como inferiores em sua natureza material e , por isso, em sua capacidade de produção histórico-cultural. Essa idéia de raça foi tão profunda e continuamente imposta nos séculos seguintes sobre o conjunto da espécie, que para muitos, lamentavelmente muitos mesmo, ficou associada não só à materialidade das relações sociais, mas à materialidade das próprias pessoas (2006, p. 62).

As idéias de raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação básica da sociedade e para outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista; relações que eram baseadas em valores de superioridade/inferioridade. Em torno da idéia de raça, foram se associando novas identidades ao padrão de poder: brancos, índios, negros (cor conhecida pelos europeus desde os romanos, sem que a idéia de raça estivesse em jogo), criolos, mestiços, amarelos, mulatos. Articulado

ao sistema de dominação racial emergiu também um sistema de exploração social do trabalho voltado à produção de mercadoria para o mercado mundial. Para Quijano (2006, p. 74):

Não há, pois, modo de não admitir que contra as propostas teóricas eurocêntricas o capital se desenvolveu na Europa não apenas associado, como também e antes de mais nada apoiado nas demais formas de exploração do trabalho e sobretudo na escravidão negra, que produzia os vegetais preciosos, e na servidão índia, produtora de metais preciosos [p. 72]. Para a América e em particular para a atual América Latina, no contexto da colonialidade do poder, esse processo implicou que à dominação colonial, à exploração do trabalho gratuito, surperpôs-se a emergência da Europa ocidental como centro de controle do poder e da modernidade/irracionalidade, como a própria sede do modelo histórico avançado da civilização.

A ideologia eurocêntrica⁵, a partir da dominação racial e da exploração do trabalho e das riquezas materiais na América Latina, passou a ser hegemônica, o projeto de modernidade passou a ser admitido como verdade absoluta, e os movimentos de independência, ocorridos na região, puseram fim ao colonialismo político, mas não conseguiram por fim ao processo de colonialidade do poder. A colonialidade do poder implica na invisibilidade dos não-europeus: índios, negros, mestiços, sem-terra, sem-tetos, os catadores de lixo, os desempregados, ou seja, a maioria silenciosa da América Latina, da Ásia e da África.

Para Quijano, o poder é constituído pela co-presença permanente de do-

⁵ Para Quijano (2002): o eurocentrismo é a perspectiva de conhecimento que foi elaborada sistematicamente a partir do século XVII na Europa, como expressão e como parte do processo de eurocentralização do padrão de poder colonial/moderno/capitalista. Em outros termos, como expressão das experiências de colonialismo e de colonialidade do poder, das necessidades de tal padrão de poder; Foi mundialmente imposta e admitida nos séculos seguintes, como única racionalidade legítima.

minação, exploração e conflito. Trata-se de um tipo de relação social que se expressa na disputa pelo controle dos recursos e dos produtos de quatro áreas básicas da existência social: o trabalho, o sexo, a autoridade coletiva ou pública e a subjetividade/intersubjetividade. Essas formas de existência social não nascem umas das outras, mas também não existem e nem operam de forma independente entre si, uma vez que formam um complexo estrutural histórico e específico ou um padrão histórico de poder. Para o autor (2002, p. 4), o atual padrão mundial de poder consiste:

1 – na Colonialidade do poder, isto é, na idéia de raça como fundamento do padrão universal de classificação social básica e de dominação social;

2 – no capitalismo, como padrão universal de exploração social;

3 – no Estado, como forma central e universal de controle da autoridade coletiva, e no moderno Estado-Nação como sua variante hegemônica;

4 – no eurocentrismo, como forma hegemônica de controle da subjetividade/intersubjetividade, e, em particular, no modo de produzir conhecimento.

A Integração dos Povos pelos Povos

Uma integração dos povos como forma de confronto com a colonialidade do poder reafirma que o capitalismo é um sistema socioeconômico injusto conosco e com a natureza, uma vez que vem, sistematicamente, produzindo relações de desigualdade e exclusão de povos e países; sua matriz de desenvolvimento é, portanto, de consumidora voraz e de predadora da natureza.

Se a América Latina foi o espaço territorial em que a colonialidade do poder forjou suas condições de existência, é também do seu território que vai surgir uma proposta viva de integração dos povos contra a colonialidade de caráter planetário. Tal proposta já foi expressa, num sentimento ético-político de esperança, pelos construtores do Fórum Social Mundial – FSM cuja idéia força é a de que “outro mundo é possível”.

O Fórum Social Mundial, lançado entre os dias 25 a 30 de janeiro de

2001, em Porto Alegre, foi a primeira grande iniciativa da América Latina, no século XXI, de integração cultural e política dos povos do planeta. Tratava-se de uma proposta de construção de uma articulação de processos de resistências mundiais, cuja origem⁶ surgiu com a manifestação realizada em janeiro de 1999, em Davos, na Suíça, para protestar contra o Fórum Econômico Mundial que preconiza um liberalismo sem reservas e sem fronteiras, na linha de seu fundador, Friedrich Von Hayek (Holanda, 2000), que, em 1947, na pequena estação de veraneio Mont-Pèlerin (Suíça), reuniu os que partilhavam a orientação econômica de uma sociedade de mercado, alimentando um movimento que se tornaria hegemônico, a partir dos anos de 1980, e que seria conhecido mundialmente como neoliberalismo.

O FSM surgiu somente depois que a ofensiva neoliberal, com sua política de ajuste estrutural, produziu, de forma planetária, um agravamento das desigualdades, um aumento da degradação ambiental, um aumento da exploração de trabalhadores, camponeses e indígenas, e, principalmente, porque promoveu o aumento do sofrimento de crianças e idosos pelo mundo.

Em busca de um internacionalismo solidário, o FSM congrega múltiplas identidades políticas, nacionais, étnicas, ideológicas e culturais. Tal esforço tem se demonstrado positivo e alegre na sua forma de fazer política. Porém, a alegria e o afeto que envolve o FSM têm recebido, por parte de alguns setores da mídia televisiva e escrita, uma classificação negativa como espaço de “ampliação da esquerda festiva em escala planetária”, “carnaval de esquerda” ou “fórum brancaleone”. Entretanto, sua realização, reflete uma integração que amplia a resistência ao modelo dominante de colonialidade.

A resistência ao caráter predatório do modelo dominante foi sendo ampliada. A ação coletiva dos cidadãos, o engajamento em associação, o esfor-

⁶ Antes dessa iniciativa, muitas outras de menor visibilidade aconteceram como a criação em 1996 do Fórum Mundial de Alternativa- FMA que reuniu representantes de movimentos sociais latino-americanos e seus intelectuais orgânicos. O objetivo do FMA é a mundialização das lutas sociais.

ção de apropriação coletiva das condições de existência e do conteúdo do trabalho e da cultura multiplicaram-se infinitamente. Um impressionante movimento, antes subterrâneo, foi aflorando para superfície. As resistências e as lutas sociais caminharam para o universalismo. As inovações sociais, antes dispersas, precisavam convergir para uma dimensão planetária. Era hora de materializar o slogan da Associação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos (ATTAC): Pensar globalmente, agir localmente (CATTANI, 2001, p. 10).

O FSM quer ser um espaço público cosmopolita, uma sociedade civil planetária, um espaço de socialização de saberes, de troca de experiências, e de expressão de diferentes culturas e etnias. Mas também que ser é um espaço político de reflexão, de debate, produção de conhecimento político diferenciado e de denúncia; um espaço para ensaios de práticas e trocas solidárias de produtos fabricados com tecnologias que incorporam o saber ancestral, a criatividade e a inovação com respeito ao meio ambiente; e um espaço de festa, encontros, danças e confraternização dos povos.

O FSM é a mais bem sucedida rede de articulação das lutas pela emancipação social de todos os tempos. É o responsável pelo questionamento mais radical da globalização neoliberal e o articulador de alternativas entre as lutas locais, regionais, nacionais e globais. Os novos sujeitos políticos, que gravitam em sua órbita, contribuíram bastante para a onda política que elegeu governos progressistas ou de esquerda (Elias, 2006) na América Latina no início do século XXI, como na Venezuela, Brasil, Bolívia, Chile, Uruguai e Argentina.

Dado o seu alcance e sua diversidade, o FSM desafia não só os processos de dominação política, mas as teorias políticas hegemônicas e as disciplinas das Ciências Sociais convencionais marcadas pelo eurocentrismo. Para uma compreensão dos novos movimentos sociais emergentes, precisamos de uma nova teoria social e de novos conceitos analíticos, ou seja, precisamos de uma nova epistemologia. Boaventura de Sousa Santos (2005), um

dos intelectuais orgânicos do Fórum, diz que precisamos de uma epistemologia do Sul que consiste em dois processos designados de sociologia das ausências⁷ e sociologia das emergências.

A integração dos povos não é uma mera tentativa de congratulação entre culturas diferentes, mas é também uma tentativa de estabelecer outro processo de desenvolvimento econômico que garanta para todos uma melhor qualidade de vida, um outro padrão de consumo e uma relação de respeito do homem com a natureza. Assim, Evo Morales Ayma (2010) apresentou, no dia 23 de abril de 2008, em Nova York, durante o Fórum Permanente para Questões Indígenas das Nações Unidas, dez mandamentos para salvar o planeta, a humanidade e a vida. Cito-os a seguir:

1 – Acabar com o sistema capitalista. Se quisermos salvar o planeta Terra para salvar a vida e a humanidade, temos a obrigação de acabar com o sistema capitalista;

2 – Renunciar a guerra. Quem ganha com a guerra? Com as guerras os povos não ganham nada, somente ganham os impérios e as empresas transnacionais;

3 – Construir um mundo sem imperialismo e sem colonialismo. As relações entre países devem ser orientadas no marco da complementaridade e não da competição desleal;

4 – Tratar a água como direito humano. A água é vida, não podemos viver sem água;

5 – Gerar energia limpa e amigável com a natureza. Em apenas 100 anos, estamos acabando com toda energia fóssil criada durante milhões de anos. Devemos por fim a era do carbono;

⁷ Para Santos (2005), sociologia das ausências é uma pesquisa que visa demonstrar que o que não existe é, na verdade, ativamente produzido como não existente, isto é, como uma alternativa não-credível ao que existe. Seu objetivo é transformar objetos impossíveis, objetos ausentes em presentes. Já a sociologia das emergências visa identificar e ampliar os sinais de possíveis experiências futuras e latências que são ativamente ignoradas. É a pesquisa por alternativas que caibam no horizonte das possibilidades concretas.

6 – Respeitar a Mãe Terra. A Terra não pode ser entendida como mercadoria. Quem poderia vender, privatizar ou alugar a sua própria mãe?

7 – Produzir e consumir localmente. Se os serviços básicos são um direito humano, não podem ser negócio privado, têm que ser um serviço público;

8 – Consumir só o necessário e priorizar o que produzimos. Devemos acabar com o consumismo e renunciar ao luxo;

9 – Promover a diversidade de culturas e economias. Devemos apostar na unidade da diversidade e construir vários modelos de relações econômicas de caráter cooperativo e solidário;

10 – Viver bem não é viver melhor à custa dos outros; viver bem é construir relações socialistas e comunitárias em harmonia com a Mãe Terra.

A natureza, que não renuncia ao seu modo de ser, vem nos demonstrando que os estragos causados pelos deslizamentos de morros, em Angra dos Reis, no Rio de Janeiro no final do ano passado, pelas enchentes em Alagoas e Pernambuco, em junho de 2010, bem como pelo processo avançado de desertificação no semi-árido nordestino e no cerrado do Centro-Oeste e pelos desmatamentos da região Amazônica são fenômenos que provocam desorganização social, prejuízos econômicos e mortes. Não são reflexos da revolta da natureza, mas da ação estúpida de homens que, cegamente, fazem tudo em troca de dinheiro e poder. O século XXI nos convida a superarmos nossa própria estupidez construindo novas relações com a natureza e com todas as pessoas que habitam o planeta. Assim, aceitando o convite de nossa epocalidade, o grande desafio posto é a edificação pluricultural de um processo civilizador a partir da integração dos povos pelos povos. É o momento de sermos protagonistas de ações e em defesa da vida, da humanidade e da Pacha⁸ Mama.

⁸ Pacha Mama vem do Quechua. Pacha significa universo, tempo, mundo, lugar. Mama significa Mãe.

Referências

AYMA, Evo Morales. **La tierra no nos pertenece, nosotros pertenecemos a la tierra**. Ministerio de Relaciones Exteriores. Bolívia, 2010.

CATTANI, Antonio Davi (Org.). **Fórum Social Mundial – A construção de um mundo melhor**. Editora da UFRGS-VOZES, Porto Alegre, 2001.

ELÍAS, Antonio (Org.). **Los gobiernos progresistas en debate: Argentina, Brasil, Chile, Venezuela y Uruguay**. CLASCO, Buenos Aires, 2006.

HOLANDA, Francisco Urribam Xavier de. **Do Liberalismo ao Neoliberalismo – O Itinerário de uma Cosmvisão Impenitente**. EDIPUCRS, 2ª edição, Porto Alegre, 2002.

_____. A Democracia na América Latina: Desafios Contemporâneos para um Território-Poblema In: Fernando Pires (Org.). **Poder e Políticas Públicas na América Latina**. Edições UFC, Fortaleza, 2010.

QUIJANO, Aníbal. Os Fantasmas da América Latina. In: Eduardo Novas (Org.). **Oito Visões da América Latina**. Editora SENAC, São Paulo, 2006.

_____. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: Edgardo Lander (Org.) **A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectiva Latino-Americanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Buenos Aires, 2005.

_____. Colonialidade, Poder, Globalização e Democracia. **Novos Rumos**, ano 17, n.º37, São Paulo, 2002.

RATTNER, Henrique. **Mercosul e Alca – O futuro incerto dos países sul-americanos**. Edusp, São Paulo, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza. **O fórum social mundial – Manual de uso**. Cortez Editora, São Paulo, 2005.